

Artigo

Mulheres negras, lutas transversais e ambiguidade do reconhecimento

*Yans Sumaryani Dipatia**

Resumo

A teoria de reconhecimento tem ocupado o centro dos debates recentes nas ciências sociais como uma ferramenta analítica e normativa para lançar luz sobre o fenômeno dos movimentos sociais contemporâneos. Na concepção de Axel Honneth, a teoria ajuda a pontuar a gramática moral que dá legitimação às reivindicações dos movimentos sociais. Porém, esse aspecto só se torna mais evidente ao partirmos de um dado anterior à luta por reconhecimento, isto é, a experiência de desrespeito. Este artigo propõe a partir do conceito de desrespeito analisar a estrutura motivacional da luta das mulheres negras na Baixada Fluminense por reconhecimento, assim como pontuar a ambiguidade inerente na dinâmica de reconhecimento tal como evidenciada nas observações empíricas. Desse modo, este trabalho visa a apontar o alcance explicativo da abordagem honnethiana no contexto do Movimento de Mulheres Negras, assim como seus limites conceituais e práticos.

Palavras chave: Desrespeito. Reconhecimento. Igualdade. Diferença. Mulheres negras.

Black women, transversal struggles and ambiguity of recognition

Abstract

Recognition theory has occupied the center of recent debates in the social sciences as an analytical and normative tool to shed light on the phenomenon of contemporary social movements. In Axel Honneth's conception, the theory helps to punctuate the moral grammar that gives legitimacy to the demands of social movements. However, this aspect only becomes more evident when we start from a given fact prior to the struggle for recognition, that is, the experience of disrespect. This article proposes, based on the concept of disrespect, to analyze the motivational structure of the struggle of black women in Baixada Fluminense for recognition, as well as to highlight the ambiguity inherent in the dynamics of recognition as evidenced in empirical observations. In this way, this article aims to point out the explanatory reach of the Honnethian approach in the context of the Black Women's Movement, as well as its conceptual and practical limits.

Key words: Disrespect. Recognition. Equality. Difference. Black women.

* Pós-Doutorado no departamento de ciências sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: yansciem@gmail.com

A teoria do reconhecimento elaborada por Axel Honneth tem contribuído de maneira significativa na compreensão da gramática moral do fenômeno dos movimentos sociais contemporâneos. Como bem sabe, Honneth, seguindo a virada intersubjetiva de Habermas como saída ao impasse teórico herdado pela tradição da Teoria Crítica, propõe uma leitura mais atenta à dinâmica social com o intuito de buscar uma teoria da subjetividade calcada na análise da relação entre interação social e formação da identidade (Paiva, 2006, p.13). Apesar do alinhamento metodológico e conceitual ao seu antigo mentor, ele discorda com Habermas que foca essa virada comunicativa no fenômeno da linguagem. Segundo ele, a intersubjetividade é preta de tensões e conflitos que em última instância é regida pelo princípio moral denominado luta pelo reconhecimento. Em uma guinada hegeliana combinada com a sociologia de Mead, Honneth elabora três esferas de reconhecimento: amor, direito e estima social.

A esfera do amor é o tipo de relação primário no âmbito familiar ou de amizade que é comumente caracterizada pela dimensão afetiva mais forte. Honneth traz na sua explanação os argumentos psicanalíticos de Winnicott que desenvolve sua pesquisa sobre a relação mãe-criança, onde na medida em que a criança ganha independência em relação com a mãe aprende a estabelecer com ela relação de confiança e de amor decorrente dela, e não no domínio ou controle.

Na esfera do direito, Honneth retoma o conceito kantiano de respeito à pessoa enquanto pessoa. Este conceito expressa a ideia da pessoa como fim em si, e portanto, tem um caráter universal. O reconhecimento jurídico se baseia justamente nesse conceito, vale dizer, agir diante de todos conforme a obrigação moral inerente a cada pessoa humana (Honneth, 2000 [1992], p.191). Nesse plano, a confiança no âmbito do amor cede lugar ao respeito, “a capacidade de estar sozinho” ao “ser livre”, sendo que a proximidade característica do primeiro se dissolve na pretensão universal do segundo. A dimensão universal do reconhecimento em direito é uma espécie de faca de dois gumes que aponta em duas direções: por um lado, ela se direciona à

pessoa, e por outro, às normas. Isso significa identificar a pessoa como livre e igual, e reconhecer a validade universal das normas que lhe assegura determinadas atribuições. Desse modo, a estrutura dupla do reconhecimento no âmbito do direito se efetua por meio da ampliação da esfera dos direitos reconhecidos às pessoas e o fortalecimento da sua capacidade de se reconhecer livres e iguais (Ricoeur, 2004, p.309-310).

Na esfera da estima social, por último, Honneth pontua o papel determinante da cultura na formação da identidade do sujeito, onde o objeto do reconhecimento se desloca à apreciação da qualidade pessoal de um indivíduo. Quanto mais apreciação uma pessoa recebe por parte da sociedade pelas suas qualidades pessoais, mais auto estima ele tem. Essa dinâmica, entretanto, não é um processo arbitrário nem meramente subjetivo, mas depende do sistema de valores de uma cultura que varia de uma sociedade à outra.

Ora, na medida em que o reconhecimento constitui um fator fundamental na formação da identidade do indivíduo enquanto sujeito, sua falta ou ausência provoca sentimentos negativos, aos quais Honneth se refere como “desrespeito”¹, um conceito próximo ao do Taylor, “*misrecognition*”. É a partir da experiência de desrespeito que as pessoas entram na luta por reconhecimento nas três dimensões apontadas por Honneth. Ou seja, o desrespeito é o motor propulsor que desencadeia a luta por reconhecimento. Dessa forma, o filósofo frankfurtiano visibiliza os pressupostos normativos subjacentes em todos os conflitos sociais, em uma tomada de distância das análises dos conflitos sociais desenvolvidos pelos filósofos precedentes, como Hobbes e Marx.

Este trabalho pretende testar a aplicabilidade do conceito de desrespeito na teoria de reconhecimento de Honneth e seu alcance heurístico na análise do Movimento de Mulheres Negras na Baixada Fluminense, assim como seus limites a partir de entrevistas com ativistas negras em diversos grupos de militância (Parte I). Além do mais, visa demonstrar a partir da análise das observações empíricas a ambiguidade inerente no reconhecimento

condicionado por relações de dominação, a qual faz com que distorça a formação da identidade do sujeito (Parte II). Propõe-se a partir disso um parâmetro normativo na avaliação do reconhecimento enquanto condição necessária na formação de identidade (Parte III).

Para fins de análise e de mapeamento da militância de mulheres negras nessa região, foram realizadas 20 entrevistas com militantes negras atuantes em dois movimentos sociais (MNU e Unegro), seis coletivos (Minas BXD, Cabeça de Negra, Casa D’Alva, Africanidades, Fulana de Tal e Guerreiras da Palhada) e quatro ONGs (Michele Carrara, Mulheres com Propósito, Casa da Cultura e CDVida).

Também foram realizadas entrevistas com 15 trabalhadoras domésticas negras, entre elas, 5 militantes no Sindicato de Trabalhadores Domésticos, Nova Iguaçu/RJ. A escolha por incluí-las no universo empírico da pesquisa é baseada em dois motivos. Primeiro motivo é a permanência de traços da tríplice dominação (raça, classe e gênero) nessa categoria de profissão, a razão pela qual contribui na compreensão do entrelaçamento dos três tipos de dominação presente no cotidiano das mulheres negras. Segundo motivo é a origem comum de boa parte das militantes aqui entrevistadas, que é o trabalho doméstico.

As entrevistas, de caráter semi-estruturado, foram realizadas entre o período de 2020 e 2022. Entre as perguntas principais foram a trajetória pessoal da entrevistada, os motivos do engajamento na militância, a bandeira do grupo ao qual pertence, e atividades desenvolvidas pelo grupo.

1. Mulheres negras nos espaços de mobilização

A dinâmica da formação do Movimento de Mulheres Negras na Baixada Fluminense teve suas formas embrionárias no Movimento Negro como MNU, UNEGRO, na Convergência Socialista, Movimento de Mulheres, e outras organizações da sociedade civil como o Movimento da União dos Bairros (MUB) em Duque de Caxias e Movimento da Associação de Bairros

(MAB)² em Nova Iguaçu, e as CEBs da Igreja Católica. A Igreja Católica dava apoio significativo a esses últimos dois movimentos por meio de acompanhamento e formação nas suas atividades.

O entrelaçamento desses movimentos e grupos organizados da sociedade civil na formação da consciência das militantes negras está bastante claro como na entrevista de Ivanete Silva, uma das importantes lideranças negras e feminista em Duque de Caxias:

Minha primeira experiência de formação política se deu nos bancos da Igreja Católica. Durante minha adolescência fiz parte dos grupos de catequese e formação de lideranças, na década de 1980, período em que o Movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) desempenhou um importante papel na organização do povo, onde o evangelho era estudado e contextualizado com nossa realidade local, com isso participei ainda aos 15/16 anos da organização do processo eleitoral da Associação de Moradores do meu bairro. Como muitos jovens pobres, ao terminar o Ensino Médio, onde fiz o curso de Formação de Professores, fui trabalhar e cursar a faculdade de Pedagogia à noite. Conheci outras pessoas, realidades e crenças diferentes da minha. Vivi várias outras experiências, trabalhei em uma grande indústria, formei família e me tornei mãe. Perdi meu companheiro para violência urbana em início de 2000, em 2001 passei a compor a direção do Sindicato Estadual dos Trabalhadores da Educação do Rio de Janeiro no núcleo municipal de Duque de Caxias (SEPE-Caxias) e a partir de 2003 a direção central, em nível Estadual, ficando nestas duas instâncias até 2014. Em meados de 2012 já havia iniciado minha participação no Fórum Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias (FMDM/DC) como representante do SEPE-Caxias. Logo em seguida tornei-me conselheira no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias. Neste ponto iniciei um outro aprendizado. Estive com muitas e diferentes mulheres que retratavam a triste realidade de muitas outras, uma realidade interseccional, marcada pelas violências sociais, a violência de gênero e a violência doméstica (SILVA, DC, 2021, p.302-303).³

Na distribuição segundo a faixa etária, as mulheres negras de até quarenta anos de idade tem uma atuação mais significativa nos coletivos e ONGs. Essa característica demonstra que a dinâmica no interior organizacional do Movimento de Mulheres Negras não opera totalmente a parte do processo evolutivo dos movimentos sociais em geral. Como observa Maria da Glória Gohn (2013), jovens militantes em alguma organização social ou na esfera pública de modo geral demonstram modalidade diferente de atuação. Eles tendem a evitar formas estruturadas ou centralizadas de

mobilização que é típico dos movimentos sociais tradicionais ou dos partidos políticos. Por conta disso, eles se encontram mais frequente nos coletivos e ONGs marcados mais pela horizontalidade e flexibilidade do que verticalidade e rigidez:

Então para gente se transformar em ONG e se institucionalizar isso sempre é um debate. E sem contar que os coletivos te dão mais flexibilidade também, né? Como eu falei, o coletivo tem uma coordenação, uma direção, eles se reúnem e debatem demandas, quem é responsável para determinada demanda. Isso dava flexibilidade para nós que trabalhamos, estudamos, participamos na militância, então é isso (CIPRIANO, DC, Fev-2022).

Com a abertura e redemocratização no País, o caráter reivindicativo dos movimentos sociais que visava a formação de consciência crítica perante o regime ditatorial, passou a ser mais propositivo. Ao invés de ser um “inimigo”, o Estado passou a ser interlocutor. Essa transição do caráter reivindicativo ao propositivo influenciou o tipo de articulação e organização que as aspirações da sociedade civil ganharam (RODRIGUES & PRADO, 2010). Evidentemente, não existe um tipo de divisor de água que separa essa transição como se fosse uma ruptura paradigmática. Entretanto, as características das ONGs e coletivos que os grupos de militantes negras vinham formando no início da reabertura é inseparável da visão vigente na época no que diz respeito à relação entre Estado e sociedade civil. Enquanto na época da ditadura, a sociedade civil por meio dos movimentos sociais reivindicavam seus direitos à liberdade, no período que segue a redemocratização enfatiza-se sobremaneira o gozo efetivo dos direitos estabelecidos pela Constituição 88 (RODRIGUES & PRADO, 2010; PAIVA, 2021). Era necessário, portanto, uma parceria entre Estado e sociedade civil, a qual motivou o surgimento de ONGs e coletivos, inclusive no caso da organização social que a articulação do Movimento das Mulheres Negras vai tomando.

Os espaços de articulação como esses, sejam quais forem sua modalidade: coletivos, ONGs, ou redes de mobilização de fato tem um papel determinante na conscientização crítica das suas ativistas. Esse processo de

formação e fortalecimento da consciência crítica por vezes é caracterizado como uma pedagogia cívica⁴ graças ao seu potencial formativo para o exercício da cidadania e da democracia, fora do âmbito da educação formal ou da cultura política de tradição de forte participação política, mas que se estabelece como um locus alternativo de aprendizado (PAIVA, 2013, 2021), e conseqüentemente viabiliza o empoderamento dos seus membros e fortalece suas pautas. Como explica Andrea, da coordenação do MNU em Duque de Caxias, a partir da sua própria trajetória:

Antes de ser militante filiada, sou agente comunitária de saúde. Então já tive envolvimento com a questão da comunidade por conta disso. Sou moradora aqui nesse bairro. Quando começou em 2000, nós fizemos nossas provas aquela coisa toda. E para ser agente comunitária de saúde precisava só ler e escrever, e ser moradora do bairro. Era só o que precisava porque é um trabalho meio que voluntário.... e a gente ia trabalhar fazendo visita domiciliar, orientando fazendo levantamento estatística mapeamento rastreando essas coisas. Só que tinha uma coisa já viram que agentes comunitárias já tinha gente que fazia 20 anos, 25 anos lá de trabalho, e nós jovens além de fazer o nosso trabalho *a priori* a gente achou legal aquele negócio de estar recebendo salário porque a mulher só estava em casa cuidando de filho aquela rotina e tá sendo inserida no mercado de trabalho. Mas a gente das questões trabalhistas né, negócio de férias, décimo terceiro essas coisas. Mas não tinha nada disso, quando chegou no final do ano não tinha férias, não tinha décimo terceiro e ganhava ainda abaixo do salário mínimo como é permitido pela legislação brasileira. E aí a gente começou a fazer aquela movimentação para se organizar para poder rever essas coisas. E aí nós conhecemos uma pessoa que é do movimento negro que veio nos ajudar para fazer movimento sindical e nós começamos a participar de algumas atividades do movimento negro e algumas atividades sindical. Isso já é em 2002. E aí começamos a participar de algumas atividades de encontros de mulheres, algumas reuniões do movimento. Mesmo que eu não entendia muito bem, mas estava bem clara, era questão de direito, tipo algumas discussões mais para frente, por exemplo cotas, né? Para mim era uma coisa assim muito vaga, mas.... quando você toma conhecimento, você aprende que existe uma outra opção, existe uma outra forma de olhar as situações e que tem sim, se você optar, você pode conseguir. Não conseguir tudo, mas uma coisa consegue. Aí nós fomos para cima dessas questões de organizar, de sair do quadrado porque a gente tem uma questão que é muito assim para ser trabalhada dentro da sociedade, dentro da favela com a sua população é a questão de luta de conquistar de achar que não vai resolver que tudo é grande demais quem sou eu, ah eu não sou nada porque ali já tem gente grande....Então, a partir daquele momento, comecei a frequentar uma turma (ANDREA, DC, Agosto-2019).

Nessa mesma linha de avaliação, Nair Jane, 89 anos de idade, mas ainda atua e milita pelo Sindicato de Trabalhadoras Domésticas, Nova Iguaçu, relata os seus primeiros passos na militância:

A minha militância começou em 1963, ainda era garotinha né, mas já conhecia a organização que já existia. E aí, eu trabalhava como babá lá em Copacabana. E aí um dia andando pela rua com a criança, eu vi que tinha um papel dizendo assim, “Minha patroa é mais bonita”. Era um concurso que Flávio Cavalcante, ele estava fazendo uma homenagem, “Minha patroa é mais bonita”. Então um grupo de empregadas. Ele fez através da associação das trabalhadoras domésticas nessa época. Eu não sabia que existia essa organização. Eu participava de muitos grupos.... E aí eu nessa época, eu conhecendo a associação profissional das empregadas domésticas, eu queria aprofundar. E aí passei a frequentar a sede que era lá em Álvaro Ramos, Botafogo. Era um quartinho do tamanho disso aqui. E de lá para cá, eu não saí mais. Eu participava em todas as reuniões. Eu ia nos encontros para aprender como é que fazia. E em 1973, eu já era a presidenta da associação de empregadas domésticas (JANE, NI, Nov-2021).

Nos dois casos, assim como acontece em outros parecidos, o movimento enquanto um espaço de articulação não serve apenas como um lugar de mobilização, mas antes de mais nada como espaço de formação da reflexividade crítica e de empoderamento coletivo. Em outras palavras, avesso ao que faz acreditar Honneth, a tomada de consciência de expectativas legítimas lesadas por si só não dá motivo suficiente para uma mobilização coletiva, bem como pontua Sobottka na sua pesquisa com um grupo de mulheres do projeto Pronasci em Porto Alegre: “[...] esta consciência de injúria raramente mobilizou a indignação em direção a reações consistentes tais como resistência ou uma luta coletiva por reconhecimento junto com as outras pessoas que sofriam a mesma humilhação” (SOBOTTKA, 2015, p. 687). A título de comparação, a percepção de maus tratos ou injustiça sofridos no serviço pelas empregadas domésticas é ainda bastante frequente, tais como, xingamento e humilhação. Porém, essa percepção do que “não está certo”, não resulta automaticamente na revolta das trabalhadoras domésticas ou no engajamento em um movimento. Ao invés disso, às vezes elas criam outras formas de resistência, por exemplo, “não dar atenção”, “fingir não ouvir”,

“ignorar” ou simplesmente considerar o padrão como “alguém doente” ou “louco”.

No que tange o conceito de desrespeito, vale destacar que a mobilização, de fato, acontece e ganha corpo como um movimento na medida em que a experiência de desrespeito é partilhado dentro de um espaço de convivência onde se estabelece uma nova consciência crítica coletiva e articulada para o fim de mobilização. Essa constatação revela alguns pontos principais. Em primeiro lugar, o desrespeito pode permanecer como uma experiência dormente sem efeito mobilizador nenhum ao passo que é visto como experiência puramente individual. Em segundo lugar, a transformação de uma experiência pessoal implícita e dormente em uma experiência ressignificada normativamente no espaço de convivência social pressupõe a existência de recursos simbólicos apropriados para expressá-lo, aos quais Fraser se refere como novas gramáticas populares (*folk grammars*), ou *frames* nos termos de Erving Goffman (1956), e que evidentemente evoluem ao longo do tempo. Ou seja, o compartilhamento do desrespeito sofrido exige a simbolização do que é eminentemente de caráter pessoal. Para tanto, é necessário que haja vocabulários normativos apropriados. Por último, a estrutura organizacional do espaço social exerce um papel preponderante para uma eventual mobilização na medida em que ela proporciona dispositivos de ações coletivas coordenadas perante determinadas oportunidades políticas, nos termos de Tarrow (2009[1998]). O desafio, segundo Sobottka, é que a sociedade contemporânea institucionaliza a individualização de tal maneira a dificultar a construção de espaços de sociabilidade. Vale mencionar neste sentido os impactos da fragmentação do espaço social por conta do avanço do projeto neoliberal que inicialmente nasceu como um projeto de política econômica. Porém, ele desencadeia simultaneamente um processo cultural e político de destruição dos vínculos sociais e comunitários abandonando, por conseguinte, os indivíduos modernos à própria sorte e responsabilidade individual (HARVEY, 2005; CASTRO-GÓMEZ, 2015; SAFATLE, JUNIOR, DUNKER, 2021).

No caso das mulheres negras aqui entrevistadas, tanto a consciência racial como feminista era situada no contexto das necessidades básicas de mulheres no subúrbio periférico da Baixada Fluminense com suas condições precárias, como a pobreza, a educação para os filhos, a saúde, a moradia, e a segurança. Isso demonstra que para além das reivindicações do feminismo tradicional em torno dos direitos reprodutivos, as mulheres negras da periferia fluminense se articulam a partir das suas necessidades básicas cotidianas como o motor principal da luta. “As mulheres nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos, mais que os homens reivindicavam melhor distribuição dos equipamentos de infraestrutura urbana e dos bens de consumo coletivo” (MEDEIROS, 2012, p.73). Porém, a percepção de tais condições como consequência da interseccionalidade da discriminação racial, sexual e de classe se molda nos espaços de militância e ativismo.

A história da inserção da Raline, uma ativista negra, na ONG CDVida de Duque de Caxias, é emblemática neste caso pelo fato de que sua consciência racial se tornou mais apurada a partir da sua atuação nessa ONG, como relatou, “a minha consciência racial começou na faculdade, mas se tornou mais apurada na ONG onde milito”. O depoimento semelhante foi dado por Ivanete ao reconhecer que o movimento mudou sua percepção em relação consigo e com o mundo social:

Então, quando eu fui pro movimento de mulheres, é que parece que abriu um outro um outro horizonte, mas é mesmo, outro horizonte. Tipo assim, até me pensar enquanto mulher, né? Na minha vida de mãe. É professora, como é que eu lidava com isso tudo também. Porque é um lugar [sindicato dos professores] que às vezes a gente não se, não se vê, sabe? A gente só atua. Tem uma atuação muito intensa, né? E você não se coloca como uma mulher que tem várias cobranças sobre si, eu não me enxergava como uma mulher negra, eu não tinha esse debate, não tinha esse debate. Eu era uma mulher negra, mas não na concepção do que hoje eu digo que tem que ser entendeu? É entender-se como negra dentro de todo um histórico né? Do país das lutas que o movimento negro faz, das disputas que existem. Da desvalorização, invisibilização que existe sobre as mulheres negras, né? (SILVA, DC, Março-2022).

Vale, portanto, neste contexto ressaltar que a mobilização coletiva depende não apenas da consciência individual, mas sobretudo, do que Hanchard chama de “processos sociais integrados”, tanto ideológicos, culturais como materiais ao mesmo tempo (HANCHARD, 1995, p.163). Mais precisamente, tais processos sociais integrados conduzem ao ponto de cruzamento entre o social e o pessoal, isto é, onde a dinâmica social de desrespeito com seus desdobramentos estruturais no racismo, sexismo e classismo, se cruzam com a dinâmica da formação da identidade do sujeito coletivo, mulheres negras a partir da atuação nos espaços de ativismo.

2. Reconhecimento e identidade do sujeito coletivo

A tomada de uma nova consciência crítica pelas mulheres negras quanto ao sexismo no Movimento Negro e racismo no Movimento Feminista já nos anos 80, proporcionou as condições epistêmicas e práticas para a desconstrução da concepção essencialista e homogeneizante no que diz respeito à identidade (MOUFFE, 1996; RODRIGUES, 2006). Este fato demonstra que para além da concepção moderna da identidade como uma unidade sólida e homogênea, ela de fato se caracteriza pela pluralidade e pelo contínuo *diferir-se* (DERRIDA, 1972)⁵.

Ao se deslocar ao âmbito da coletividade, acentua-se ainda mais seu caráter dinâmico, mutante e fluído. A relevância da intuição pós-estruturalista muito crítica em relação à ideia da essência ou de algum substrato permanente que daria o fundamento imutável aos fenômenos perceptíveis nesse contexto é a afirmação da plasticidade da identidade do sujeito coletivo. Com isso, os expoentes pós-estruturalistas preparam o caminho para o desmascaramento dos mecanismos sutis de opressão por meio de todo tipo de pretensão ao universalismo subjacente à ideia da essência. Não é por acaso que várias correntes feministas se inspiram da estratégia desconstrucionista elaborada por Jacques Derrida, entre outros, servindo de um instrumento analítico e resistência contra os mecanismos que camuflam

as táticas de opressão das diferenças nas pretensões universalizantes (SPIVAK, 1985; BUTLER, 1990; FRASER, 2013), como bem resume Rodrigues:

A luta contra diversas formas de opressão deve vir acompanhada de um projeto de desconstrução de identidades essencialistas, que encerram mulheres e homens, brancas(os) ou não, em um sistema rigoroso de representações cujo resultado final é a opressão de todos, tendo em vista a multiplicidade de posições que os sujeitos sociais podem ocupar no decorrer de sua interação na sociedade, (RODRIGUES, 2006, p.73).

A ausência de algum tipo de substância ou essência, a tese central de pós-estruturalismo a qual concordamos, que a alicerçaria, porém, não significa sua irrelevância. Mais precisamente, ela demonstra a arbitrariedade de toda forma de legitimação de desigualdade e relações de dominação baseadas nas atribuições identitárias. Isso explicaria, argumenta Pereira, “porque uma série de estudos que recorreram ao termo da interseccionalidade inscrevem os sujeitos em categorizações sociais fluidas, favorecendo análises micro e mesossociológicas nas quais gênero, raça e classe figuram como marcadores de diferença” (PEREIRA, 2016, p.65).

Entretanto, discordo com sua avaliação quanto à afirmação de que gênero, raça e classe são marcadores sociais de diferença, mas, “não de assimetrias de poder”. A meu ver, gênero, raça e classe são marcadores sociais de diferença que, precisamente por conta disso, hierarquizam as relações sociais, e conseqüentemente, caracterizam-se por relações de poder assimétricas. Em outras palavras, a racialização e a generificação das mulheres negras por meio dos seus marcadores de raça, gênero e classe, dentre outros, é no fundo um resultado de uma dinâmica social arbitrária. Ela, porém, a despeito da ausência de algum tipo de substância ou essência como estrutura permanente que a alicerça, é extremamente relevante, pois, é determinante na distribuição dos indivíduos ao longo de uma estrutura social hierarquizada (HASENBALG, 1979). É justamente diante da experiência de discriminação e dominação construída como algo em comum que se estabelece a identidade do sujeito coletivo, o “nós”, das mulheres negras (MELUCCI,

1996). É este “nós” enquanto identidade coletiva que dá alicerce a uma ação coletiva respaldada nos próprios repertórios discursivos. Trata-se neste sentido do que Spivak denomina “*strategic essentializing*” (SPIVAK, 1985). Obviamente, a construção de uma identidade coletiva deriva de diversas dinâmicas sociais que não se restringem apenas a experiências negativas. A memória coletiva, tradições, cultura e valores em comum também são elementos centrais na construção de um senso de si em comum (TAYLOR, 1989; 1992). Vale ressaltar ainda que esses elementos efetivamente efetuem a formação de uma identidade coletiva na medida em que os membros se reconheçam enquanto participantes do mesmo grupo (MELUCCI, 1996).

Cumprido, entretanto, ressaltar o alcance e limite da abordagem pós-estruturalista. O motivo é que a produção da identidade compreende uma dinâmica relacional, de modo particular, de caráter intersubjetivo à qual a teoria do reconhecimento contribui de maneira significativa.

3. Reconhecimento: entre igualdade e diferença

Como sustenta Honneth, o reconhecimento constitui o pilar fundamental da formação da identidade qualitativamente salutar. Eu existo como sujeito enquanto tal, graças ao reconhecimento por parte dos outros sujeitos. O que esse raciocínio pressupõe, ao qual Honneth apenas acena sem explicitar nos seus textos, é que o reconhecimento como tal se dá entre parceiros *iguais*. À base desse paradigma filosófico, portanto, é a ideia da igualdade como critério fundamental, como bem pontua Butler na sua réplica à crítica de Honneth:

We can certainly start with the first person to understand how reciprocal recognition works, but in the end we are asserting something about the relation of equality that holds between us... The very fact that recognition is reciprocal, or can be, presupposes a structural equality between subjects (BUTLER, 2021, p.47).

Na falta de caráter igualitário, a relação de reconhecimento corre o risco de degenerar em um tipo falso de reconhecimento ou pseudo-

reconhecimento ao passo em que se tornam determinantes relações de poder desiguais, e conseqüentemente, passíveis de manipulação e distorção, como no caso de algumas trabalhadoras domésticas entrevistadas para essa pesquisa. Ao serem perguntadas sobre o que faz com que se sintam valorizadas ou minimamente realizadas mesmo trabalhando muito com pouco salário, a resposta é o reconhecimento dos patrões pelo serviço bem feito através de elogios ou agradecimento, como relatou uma entrevistada:

Gostei muito quando eles falam de mim. Eles me elogiam. Família toda. Cuidei da mãe dela com câncer. Então ela é grata por isso. Quem cuidava era eu porque eu tava em casa. Todo mundo trabalhava. Trouxe ela para dentro de casa. Tomei conta da velha até que ela morreu. Então com isso, eles falam, elogiam muito porque eu fiz muita coisa para eles. Depois que ficou doente, pegou o COVID-19, ele ficou internado. Os dois. Mais de três meses ele ficou em coma. Foi duas vezes, meu patrão. Ele pegou dia 7 de abril. Ela pegou dia 9 de abril. Ela ficou em casa. Ele no hospital. Então eu me dividi porque tinha muita necessidade. Foi entubado. Ficou horrível, com cara enorme. Então foi bem difícil. Não é obrigado. Não me pagava para isso. Não sou enfermeira. Então todo esse tempo, eles me agradecem (TÂNIA, DC, Nov-2021).

Evidentemente, elogios ou agradecimentos são gestos de reconhecimento pelo serviço feito. Porém, operados numa relação de dependência, eles acabam se tornando um dispositivo linguístico de manipulação. É necessário, portanto, o princípio da igualdade como o pano de fundo normativo à luz do qual o reconhecimento deve ser avaliado. E justamente pelo seu caráter relacional, o reconhecimento está sempre sujeito às possíveis tensões por conta das relações de poder que o distorcem e manipulam. A porta de entrada para as diversas formas de desigualdade à dinâmica de reconhecimento, segundo Butler, encontra-se nas diferenças de status de classe, gênero, ou estratificação racial já existentes na sociedade comumente aqui referidos como marcadores sociais de diferença. Pois, o reconhecimento enquanto relação recíproca sempre se estabelece a partir dos elementos já disponíveis que por vezes, a seu ver, numa guinada evidentemente foucaultiana, compõem o mundo de discurso e poder (BUTLER, 2021).

Essa ressalva a respeito da ambiguidade do reconhecimento ganha uma dimensão empírica na entrevista com Raline, ativista negra da ONG CDVida que acompanha as mulheres vítimas de violência doméstica em Duque de Caxias. Segundo ela, a grande maioria das mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pela Instituição muitas vezes é submetida à violência constante devido a um conjunto de fatores que se evidenciam no perfil dessas mulheres. São mulheres negras e pardas com baixa escolaridade. Majoritariamente tem trabalho muito precário, tal como faxineira, diarista, empregada doméstica, autônoma e catadoras de recicláveis, e moram na periferia da cidade ou nos subúrbios periféricos da Baixada Fluminense. Em decorrência desse conjunto de condições precárias, adiciona-se a dependência econômica e por vezes afetiva, ao mesmo tempo, o que faz com que as mulheres negras pobres vão permanecendo no silêncio mesmo sofrendo agressões físicas constantes.

Faz-se necessário, a partir dessa observação, para tal reconhecimento autêntico ou, minimamente, não manipulador, de fato acontecer que haja um parceiro igual que reconheça minha existência enquanto sujeito igual a ela. Em outras palavras, a formação salutar da subjetividade de um indivíduo, tal como elaborada por Honneth, pressupõe ao mesmo tempo a igualdade na medida em que reconhecer-se-á como sujeito ao ser reconhecido como tal por outros sujeitos reconhecidamente iguais. A subjetividade, em resumo, sempre implica uma intersubjetividade. E, a intersubjetividade autêntica se estabelece sob uma relação de caráter reciprocamente igualitário entre as partes nela envolvidas. Em outras palavras, a subjetividade sempre pressupõe uma relação entre sujeitos que se reconhecem como iguais.

Num âmbito social maior de caráter estrutural, tanto o racismo como o sexismo enquanto sistema de poder fere justamente o pressuposto normativo da igualdade que alicerça a relação de reconhecimento. Os dois tipos de dominação relegam os sujeitos em busca de reconhecimento à zona do *não-ser* (FANON, 1952; CARNEIRO, 2005; PIRES, 2018). Essa dinâmica que se instala nas relações sociais e institucionais enquanto formas de

dominação, no subúrbio periférico se materializa na precariedade de acesso à saúde, educação, segurança, moradia, emprego, entre outros. Diante dessa realidade, a busca pela igualdade no contexto da reivindicação pelos direitos se articula principalmente em torno dessas questões. Das vinte militantes negras entrevistadas para essa pesquisa representando coletivos, ONGs, ou movimentos, o combate à violência doméstica e violência contra mulher de modo geral se configuram como uma das principais reivindicações que perpassam todos os grupos e movimentos:

Então esse movimento intenso que a gente tem ainda hoje que a gente participa muito aqui no Estado do Rio de Janeiro, movimento contra o feminicídio das mulheres negras, a gente tem essa militância também na luta contra o feminicídio das mulheres negras que na verdade não tem avançado muito. As maiores dificuldades na nossa organização enquanto mulheres. Isso é independente da instituição. É muito mais difícil (MENDONÇA, DC, Nov-2021).

O princípio da igualdade, entretanto, não elimina completamente o risco de degeneração a uma outra forma de relação de opressão, dado o simples fato de que a demasiada ênfase na igualdade novamente pode se tornar uma estratégia camuflada de dominação ao passo que o conceito da igualdade opera dentro da lógica universalista ressaltada com bastante ênfase na análise de Honneth. Por conta disso, é sempre relevante a importante contribuição das análises pós-estruturalistas adotadas, entre tantas, pelas feministas brasileiras, a qual salienta a temática da diferença, como bem acentua Pereira: “... a preferência de pesquisadoras feministas pelas teorias pós-estruturalistas do sujeito desdobra-se em análises de subjetividade e diferença, no interior das quais a constituição de um sujeito “mulher negra” faria pouco sentido, por organizar uma identidade coletiva em torno de suas categorias sociais e identitárias que conotam algum grau de fixação” (PEREIRA, 2016, p. 67).

A ênfase da corrente pós-estruturalista neste aspecto sem dúvida nenhuma proporciona uma ferramenta teórica muito relevante contra qualquer tipo de manobra homogeneizante. Não é por acaso que a lógica de diferença assume um papel determinante enquanto um conceito analítico que

permeia toda a articulação dos grupos oprimidos contra qualquer forma de dominação camuflada por vezes nas manobras homogeneizantes como ocorreu na luta das feministas negras. Discordo, entretanto, com a avaliação de Pereira ao considerá-lo de pouca relevância para as mulheres negras. O surgimento do Movimento de Mulheres Negras, decerto, marcou uma fase importante no movimento feminista em que as mulheres negras tomam consciência da particularidade da sua experiência enquanto sujeitos sociais e se deparam com o lugar social “diferente” que ocupam, os quais as levam a construir uma pauta diferenciada (CARNEIRO, 1993). E ainda mais, no que tange ao aspecto territorial, elas estão inseridas no contexto geográfico da Baixada Fluminense particularmente caracterizado pela precariedade do acesso às condições básicas de vida. Como observa Rodrigues: “Diante disso, o Movimento de Mulheres Negras, ao inscrever-se no espaço público como sujeito coletivo, baliza sua identidade coletiva a partir do modo como racismo e sexismo ordenam a vida social de homens e mulheres, negros e brancos, sugerindo que, para além de práticas e pertencimento (ser mulher negra), busquem também o reconhecimento da diferença (a especificidade desse pertencimento), articulando em sua construção identitária reivindicações do discurso democrático e de direitos de outros sujeitos sociais oprimidos” (RODRIGUES, 2006, p. 214).

Nos grupos de mulheres negras aqui entrevistadas, o princípio da diferença como critério da construção da identidade coletiva se destaca ainda mais sobretudo em relação aos fatores conjunturais do subúrbio periférico do Rio de Janeiro (marcador territorial), que consiste no alto índice da violência, inclusive violência doméstica, intolerância religiosa, precariedade das políticas públicas de saúde, educação e de moradia.

Depreende-se a partir dessa exposição que o reconhecimento necessariamente precisa transitar numa tensão dialética entre igualdade e diferença, de alguma forma já intuída na análise de Taylor (PAIVA, 2018). A característica sadia de uma relação de reconhecimento, na minha concepção, se evidencia no bom equilíbrio dessa dualidade. Endosso, portanto, nessa

linha de raciocínio a posição de Rodrigues ao afirmar que: “[...], a emergência desse sujeito coletivo—mulheres negras—nos permite a possibilidade de pensar em redes de equivalência, nas quais, a partir de um complexo jogo de se relacionar igualdade e diferença, se constroem práticas articulatórias entre demandas distintas, e os agentes sociais se tornam mais democráticos na medida em que aceitam a particularidade e limitação de suas reivindicações” (RODRIGUES, 2006, p. 215).

Este “complexo jogo de se relacionar igualdade e diferença” cujo equilíbrio se supõe em toda lógica de reconhecimento, de fato, não encontra um espaço suficiente na análise de Honneth⁶. É o motivo pelo qual sua abordagem sempre estará à mercê do risco de degenerar em um universalismo homogeneizante em que o sujeito dominante se reposiciona no centro tornando desse modo o reconhecimento em uma espécie de pseudo-relação. Este déficit analítico no modelo honnethiano deriva do próprio constructo teórico de Hegel que, na esteira da filosofia de Fichte, sustenta que a consciência encontra-se como consciência plena somente a partir do reconhecimento de um outro ser igual a ele, isto é, um outro sujeito. Em outras palavras, o sujeito se descobre enquanto sujeito plenamente por meio do reconhecimento de um outro ser igual a ele, que é, um sujeito dotado da mesma liberdade. Essa abordagem, entretanto, no bojo do conceito do reconhecimento por sua vez abafa o outro lado da moeda, a saber, a alteridade do Outro enquanto tal, o pressuposto primordial sem o qual não haverá nenhum relacionamento *par excellence*.

Apesar do caráter eminentemente filosófico dessa concepção, e conseqüentemente, de limitar-se ao campo da formação da subjetividade de um indivíduo, a análise honnethiana nos proporciona um paradigma heurístico para entender a dinâmica da formação da identidade coletiva das mulheres negras e as razões normativas à base das suas lutas sociais. Assim como no caso da formação do sujeito coletivo, mulheres negras, sua identidade se constrói sobre o fundamento da dinâmica recíproca de reconhecimento. Ou seja, para além de uma relação meramente do tipo agregativo em que visa-se

a construção de um sentimento de “nós” baseado nos elementos por vezes passados tais como experiência, história e tradição já analisado com bastante sofisticação por Melucci (1996), a construção da identidade coletiva do ponto de vista da teoria de Honneth, necessita que se estabeleça uma forma de relação intersubjetiva e minimamente igualitária tanto internamente como na sua interação com outros grupos sociais ou étnicos. Nessa mesma linha, Melucci posteriormente chegou ao mesmo entendimento ao pontuar esse caráter paradoxal da identidade: *“The paradox of identity is always that difference, to be affirmed and lived as such, presupposes a certain equality and a certain reciprocity”* (MELUCCI, 2016, p.48). Traduzido no contexto particular das mulheres negras da Baixada Fluminense, nas palavras de Kizzy do Coletivo Casa d'Alva:

[...] lutar pela diferença é muito pela permissão de ser quem você é. Quando nós temos a nossa construção dentro da sua subjetividade, e também dentro da sua individualidade. Acho importante valorizar isso. Acho que racismo tira muito nosso direito de ser o que a gente é. Então não é em todos os lugares que meu cabelo vai ser aceito. Então é justamente o meu direito de ser também nosso direito de mulheres negras usarem o nosso cabelo. Nós temos a religiosidade, religiosidade de matriz africana são constantemente demonizadas. Vem passando na Baixada Fluminense de agressões. Demonização de religiões de matriz africanas e daquilo que é de característica negra. Então é direito de ser o que a gente é. Eu sou uma mulher preta. Tenho direito de ser. Que seja permitida essa liberdade. E na igualdade justamente pelo direito de que todas nós mulheres não sejamos vítimas de violência. Não é algo que desejo só para mim, mas é algo que dá essa liberdade a todas as mulheres. O direito de andar nas ruas sem ser assediadas, sem ser violentadas. Então esse é um direito que todas nós temos (KIZZY, NI, Fev-2022).

Já na sua origem, a identidade coletiva enquanto construção em conjunto de um “nós” é efetivamente precária pelas tensões e conflitos sempre existentes decorrentes das diferenças de visão e interesses dos seus integrantes, fatores que passam despercebidos por Derrida, e apenas escassamente captados por Honneth (2000, 2007). No que diz respeito à relação com outros grupos, a falta de reconhecimento por parte de outros gera um sentimento de estar minimamente incompleto. Por vezes, tal ausência se manifesta de forma agressiva ao ponto de causar uma ofensa. No que tange

às mulheres negras na Baixada Fluminense, a ofensa aqui referida diz respeito de modo particular à experiência de discriminação racial e de gênero que se concretiza na precariedade das condições básicas de vida minimamente humana, tal como na saúde, educação, segurança e moradia.

As formas de desreconhecimento, ou mais precisamente, do reconhecimento precário, como tais manifestam não apenas uma ausência de reconhecimento, mas é uma forma de violência que visa aniquilar a alteridade do Outro (WERNECK, 2010), como sublinha Conceição de Lissá em uma entrevista de rádio local:

Verdadeiramente, o racismo quer nos esquecer. Eles querem apagar a nossa história, a nossa existência, dentro e fora da Baixada Fluminense, do País, do estado, do município, enfim. O racista, ele quer apagar a nossa existência. A resistência do povo negro, do povo do terreiro, é muito grande, é diária. E todo esse ódio que o racismo traz, estrutural e estruturante na nossa sociedade não deixa nenhuma dúvida que a intenção é verdadeiramente de nos aniquilar. Não tem outra intenção (LISSÁ, DC, Julho-2021)⁷.

Nos termos de Honneth, essa experiência de discriminação que visa a aniquilação da alteridade ganha uma expressão bastante genérica, “desrespeito”, um conceito que, de fato, lido isoladamente, isto é, desvinculado da complexidade do conjunto da análise do filósofo alemão sobre o tema, não expressa com devida precisão a situação de discriminação racial e de gênero sofrida pelas mulheres negras, que é, seu potencial destruidor. Dada a negatividade do desrespeito, do ponto de vista honnethiano, ele guarda o potencial de desencadear uma forma de luta por reconhecimento que se dá por meio da articulação de uma identidade própria marcada pelo vínculo de solidariedade baseada na mesma experiência negativa (PAIVA, 2018), ou dor, à qual Vilma Piedade (2017), escritora e militante negra, se refere como “dororidade”, em uma alusão metafórica ao conceito de sororidade (irmandade).

Considerações finais

A releitura do conceito de desrespeito tal como desenvolvido por Honneth a partir da ótica interseccional, como vem sendo desenvolvida ao longo deste artigo, revela o caráter genérico do conceito enquanto ferramenta analítica das condições de mulheres negras e do sentido da sua militância na luta por reconhecimento. Sua experiência, marcada *tanto* racismo, classismo *quanto* sexismo, evidentemente reflete o vivido, o cotidiano desse sujeito coletivo. Neste sentido, a interseção de várias formas de opressão ao mesmo tempo aponta para a necessidade de requalificar o conceito de desrespeito com as dimensões de opressão racial, de gênero e de classe que estrutura o cotidiano das mulheres negras. Se é preciso “enegrecer” o feminismo e “feminizar” a raça, como argumenta Sueli Carneiro (CARNEIRO, 2019), da mesma forma faz-se necessário para o fim analítico redimensionar o conceito de desrespeito com a tríplice dominação, raça, classe e gênero, nos termos de Lélia Gonzalez.

A partir dessa perspectiva interseccional que desvenda o caráter múltiplo da opressão das mulheres negras, pode-se compreender a gramática moral que estrutura a luta das mulheres negras por reconhecimento. Na medida em que a experiência fundamental de desrespeito no cotidiano das mulheres negras abarca as dimensões de raça, classe e gênero, sua luta por reconhecimento visa do mesmo modo a reparação nas três dimensões de injustiça, que neste caso a torna mais complexa. O parâmetro dessa reparação enquanto forma de reconhecimento consiste no equilíbrio na tensão produtiva entre igualdade e diferença, uma dialética salutar, porém, que será sempre comprometida na presença de relações de dominação marcada por raça, classe e gênero. Por essa razão, a luta por reconhecimento deve transitar sempre na dialética entre igualdade e diferença, nas palavras eruditas de Boaventura de Souza Santos: “As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SANTOS, 2003, p.56).

* **Yans Sumaryani Dipatia** possui mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Università Gregoriana-Roma (2015) e doutorado na mesma área pela PUC-RIO (2022), pesquisando principalmente os seguintes temas: justiça social, redistribuição, reconhecimento, interseccionalidade, feminismo negro e movimentos sociais. Membro do grupo de pesquisa GEDRED, PUC-RIO. Atualmente pesquisa sobre a interação do campo religioso pentecostal e neopentecostal com o campo político pelo programa de pós-doutorado do departamento das ciências sociais, PUC-RIO.

Contato: yanscicm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0056-3431>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3033574659629411>

Artigo recebido em: 26/05/2023

Aprovado em: 20/05/2024

Como citar este texto: DIPATIA, Yans Sumaryani. Mulheres negras, lutas transversais e ambiguidade do reconhecimento. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, n° 01, p. 241-266, 2024.

Referências bibliográficas

BUTLER, J. **Gender trouble**. New York: Routledge, 2006.

_____. Recognition and the social bond: A response to Axel Honneth. In: ALLEN, Amy et al., (Org.). **Recognition and Ambivalence**. New York: Columbia University Press, 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher negra**. 1993. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acesso: 10/05/2023.

_____. **A construção do outro como não-se como fundamento do ser**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2005.

_____. Mulheres negras e poder: Um ensaio sobre a ausência. Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-6-CARNEIRO-Suely-Mulheres-Negras-e-Poder.pdf>> Acesso: 09/05/2023.

_____. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pollen, 2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Historia de la gubernamentalidad I: Razón de estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2015.

DERRIDA, JACQUES. **De la grammatologie**. Paris: Les Éditions Minuit, 1967.

_____. **Marges de la philosophie**. Paris: Les éditions de Minuit, 1972.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Essais, 1952.

FRASER, Nancy; Honneth, Axel. **Redistribution or recognition: a political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003.

_____. **Fortunes of feminism: From state-managed capitalism to neoliberal crisis**. London: Verso, 2013.

GOFFMAN, Erving. **The presentation of self in everyday life**. Scotland: Doubleday, 1956.

GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados. 2013. Disponível em: <<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/download/61/27>>. Acesso: 04/05/2023.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: Movimento negro no Rio e São Paulo**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. New York: University of New York, 2005.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HONNETH, Axel. **La lutte pour la reconnaissance**. Paris: Gallimard, 2000.

_____. **Disrespect. The normative foundation of Critical Theory**. Cambridge: Polity Press, 2007.

MEDEIROS, Luciene Alcinda. Políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra mulher: O processo de formulação para a agenda governamental no estado do Rio de Janeiro (1986-2006). Tese de doutorado—Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2012.

MELUCCI, A. **L'invenzione del presente: Movimenti, identità, bisogni collettivi**. Milano: Il Mulino, 1991.

_____. **Challenging codes: Collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. **Social movements and culture**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2016.

MOUFFE, Chantal (Ed.). **Deconstruction and pragmatism**. New York: Routledge, 1996.

PAIVA, Angela Randolpho . Direitos, desigualdade e o acesso à universidade. In: XXX Encontro ANPOCS, 2006, Caxambu. **Anais do XXX ANPOCS**. São Paulo: ANPOCS, 2006.

_____. Pedagogia alternativa nos movimentos sociais. 2013. Disponível em: <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/06%20-%20artigo%202%20%20Ange-la%20Paiva.pdf>>. Acesso: 08/05/2023.

_____. Teorias do reconhecimento e sua validade heurística para a análise da cidadania e movimentos sociais no Brasil: O caso do movimento negro. **Política e sociedade**, p. 17-40, setembro, 2018.

_____. **Dinâmicas sociais na luta por direitos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2021.

PEREIRA, Marcela Semeghini. A influência do biopoder na economia: O tempo livre vigiado e consumido. **Revista Direito UFMS**, vol. 1, no. 1, 2016.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. Rio de Janeiro: Nós, 2017.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Racializando debates sobre direitos humanos: Limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. **Sur** 28, vol. 15, n. 28, p. 65-75, 2018. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-thula-pires.pdf>> Acesso: 20/04/2023.

RICOEUR, Paul. **Parcours de la reconnaissance: Trois études**. Paris: Stock, 2004.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. “De Maxambomba à Nova Iguaçu”. 2006. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/642909.pdf>> Acesso: 18/04/2023.

RODRIGUES, C.S; PRADO, M.S.M. Movimento de mulheres negras: Trajetória política, políticas mobilizatórias, e articulações com o Estado Brasileiro. **Psicologia e sociedade**; 22(3): 445-456, 2010.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo feminista negro no Brasil. Do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, e 238917, p.1-54, 2021.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOBOTTKA, Emile Albert. **Reconhecimento: Novas abordagens em teoria crítica**. São Paulo: Annablume, 2015.

SPIVAK, Gayatri. **Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea**. New York: Columbia University Press, 1985.

TARROW, Sidney. **Power in movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TAYLOR, Charles. **Sources of the self**. Harvard: Harvard University Press, 1989.

_____. Politics of recognition. In: **Multiculturalism and the politics of recognition**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da APBN**, vol. 1, n. 1, mar-jun, 2010.

Notas

¹ Na definição de Honneth, o desrespeito inclui três aspectos, agressão à integridade física e psicológica (*Misshandlung/Vergewaltigung*), privação da dignidade (*Entwürdigung*) e insulto/injúria (*Beleidigung*).

² O MAB foi fundado em 1974 em vista da melhoria das condições básicas dos bairros em termos de saneamento básico, água encanada, asfaltamento, rede de esgoto e iluminação. Assim como em Nova Iguaçu, em Duque de Caxias foi fundado no mesmo período o MUB com o apoio da Igreja Católica progressista tal como se expressa nas Comunidades Eclesiais de Base (Cebs). Ambos tiveram um papel fundamental nos anos 80 e 90 enquanto espaço de articulação da mobilização da sociedade civil.

³ Entrevista realizada pela Professora Luciene Medeiros (PUC-RIO) e publicada na Revista em pauta online em 2020.

⁴ O conceito de *pedagogia cívica* foi cunhado por Angela Paiva em referência a uma forma de aprendizado que não se atrela à educação formal nem a uma cultura política forte, mas que se adquire através de um engajamento e participação ativa nos espaços públicos (PAIVA, 2021, p.65).

⁵ O filósofo francês, a partir do modelo da linguagem e da produção do significado, faz uma crítica bastante contundente ao que ele chama de metafísica da presença, isto é, a ideia da plena revelação do significado nos signos. Esse ideal da manifestação plena dos significados é supostamente assegurado pela presença da própria origem dos signos, isto é, o locutor. A metafísica da presença sempre anda *pari passu*, neste sentido, com o logocentrismo (*logos*=verbo, fala), a centralidade da fala que assegura o significado dos signos proferidos por meio do discurso direto. Contrário a tal concepção cujo ápice se encontra na linguística saussureana, o modelo emblemático do entrelaçamento perfeito entre metafísica da presença e logocentrismo, Derrida argumenta que o significado é sempre diferido porque cada signo sempre remete a um outro signo e assim ao infinito, que por fim constitui uma teia na qual um significado se estabelece. Desse modo, é sempre diferido assim como manifesta o termo ambivalente cunhado por Derrida, *diffère(a)nce*, um conceito ambíguo que contempla o duplo sentido de diferença (*différence*) e diferimento (*différance*). Com efeito, o significado dos signos nunca se apresenta como tal no seu formato "prístino" ou "original". Aliás, é sempre diferido, ou seja, se difere ao mesmo tempo em que se difere (se adia). Desse modo, Derrida des-estabelece por meio de uma estratégia desconstrucionista qualquer fixação de significado. À luz dessa leitura, a identidade está sempre em construção, está sempre "por vir".

⁶ Nos escritos posteriores, Honneth (2000, 2007) começa a dar atenção à diferença valendo-se de conceitos elaborados pelos expoentes pós-estruturalistas como Jacques Derrida e Jean-François Lyotard. Falta-lhe, entretanto, mais ousadia para explorar esses conceitos a fim de assegurar abertura ao diferente nos conceitos tais como cultura, valor, etc., evitando-lhe desse modo o risco de essencialização que paira sobre todos os constructos conceituais.

⁷ Entrevista concedida à Rádio Ativa FM 98,7 conduzida por Ana Leone no dia 31 de Julho, 2021, em comemoração do Dia Internacional das Mulheres Negras América-Latinas e Caribenhas.